



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Plataforma de Coordenação de Mini-Redes

Da coordenação de programas à execução de uma
carteira nacional de investimento

RENMOZ JUNHO 2026 | MAPUTO

Damião Namuera

Direcção Nacional de Energia

Agenda

Quatro blocos para passar da coordenação programática à execução de uma carteira nacional

1 O desafio e o quadro político

Porque a escala das mini-redes exige coordenação nacional.

2 Mandato da Plataforma de Coordenação

Como alinhar planeamento, financiamento e execução sob liderança do Governo.

3 Uso produtivo de energia

Como ligar acesso à energia a rendimento, produtividade e desenvolvimento local.

4 Governação e próximos passos

Papéis institucionais, grupos de trabalho, roteiro e chamada à acção.

O desafio

A Plataforma de Coordenação deve organizar a transição de programas individuais para uma carteira nacional com prioridades, responsabilidades, financiamento e monitoria claros



Acesso universal

Acelerar ligações fora da rede até 2030



Investimento privado

Reduzir riscos e criar previsibilidade.



Uso produtivo

Transformar electricidade em rendimento.



Coordenação efectiva

Alinhar Governo, financiadores e sector privado.

A pergunta não é se Moçambique precisa de mini-redes. A pergunta é se o sector consegue implementá-las com escala, disciplina e impacto

O quadro político

01

ENE

- Compromisso de acesso universal
- Reconhecimento da electrificação dentro e fora da rede.

02

Regulamentos fora da rede

- Base para concessões Investimento privado
- Níveis de serviço em áreas fora da rede.

03

ETE | Programa 11

- Pilar 3: aceleração do acesso moderno à energia
- Mini-redes associadas ao uso produtivo.

04

Compacto Nacional de Energia

- Janela política para estabelecer compromissos
- Mobilizar financiamento

A Plataforma de Coordenação é o mecanismo de execução: transforma orientações estratégicas em decisões, carteira de projectos, instrumentos financeiros e resultados mensuráveis.

Porquê uma plataforma agora?

A escala e a janela de execução exigem harmonização de dados, instrumentos e decisões.

>300

mini-redes

- Identificadas baseadas numa abordagem de menor custo
- Ordem de grandeza que poderá ser necessária para apoiar o acesso universal.

2030

horizonte político

- A janela de execução é curta
- Exige disciplina institucional
- Implementação de mandatos institucionais

3

riscos principais

- Fragmentação financeira,
- Baixa capacidade de pagamento
- Incerteza dos projectos bancáveis

O desafio não é apenas técnico. É um desafio de coordenação de investimento: identificar locais bancáveis, estruturar instrumentos de redução de risco, alinhar concursos, assegurar tarifas sustentáveis e integrar uso produtivo desde a planificação.

Sem plataforma, cada programa resolve uma parte do problema. Com a plataforma, o sector constrói uma carteira coerente.

A resposta: uma plataforma liderada pelo Governo

Mandato central

Estabelecer e operacionalizar um mecanismo de coordenação que reúna Governo, financiadores, sector privado e sociedade civil para alinhar políticas, planeamento, financiamento e implementação das mini-redes.

O objectivo é reduzir riscos, reforçar capacidades nacionais e acelerar soluções sustentáveis e inclusivas.



Carteira nacional

- Locais priorizados
- Dados comuns
- Pipeline credível



Financiamento alinhado

- Subvenções
- Garantias
- Recursos climáticos e outros
- Capital privado



Execução coordenada

- Mandatos claros
- concursos harmonizados
- Monitoria



Impacto económico

- Mini-redes desenhadas para UPE
- Benefícios sociais

Princípios da Plataforma de Coordenação



Liderança do Governo

- Orientação política
- Apropriação nacional



Inclusão e transparência

- Participação estruturada dos actores relevantes



Responsabilização

- Papéis
- Compromissos
- Resultados claros



Sustentabilidade económica

- Modelos de negócio viáveis e socialmente equitativos



Complementaridade

- Aproveitar iniciativas existentes
- Evitar duplicações



Transferência de capacidades

- Instituições nacionais preparadas para gerir o sector

A plataforma não substitui programas. Cria coerência, disciplina, aprendizagem e escala.

Da electrificação ao desenvolvimento económico



Agricultura

- Bombas de água
- Sistemas de irrigação
- Agro - processamento



Pesca

- Refrigeração
- Gelo
- conservação
- Valor acrescentado



Turismo

- Serviços energéticos fiáveis para pequenas unidades



PME e serviços públicos

- Oficinas
- Comércio
- Escolas,
- Saúde
- Segurança

Mini-redes não são apenas números de ligações, elas são uma oportunidade de desenvolvimento. Sem UPE, a mini-rede só ilumina casas. Com UPE, transforma uma economia local.

Responsabilidades institucionais — quem faz o quê?

DNE / UIPCE

- Direcção estratégica
- Planeamento integrado
- Priorização de locais
- Dados nacionais
- Ligação com a ETE.

FUNAE

- Facilitação de mercado
- Financiamento
- Apoio aos promotores
- Promoção de UPE.

ARENE

- Concursos
- Concessões
- Tarifas
- Fiscalização
- Previsibilidade regulatória
- Transparência
- Padronização

EDM

- Interface com a rede nacional,
- Partilha do plano de expansão
- Regras de coexistência.

- **Financiadores alinham recursos e instrumentos.**
- **Sector privado OSC e parceiros de implementação contribuem através de mecanismos consultivos estruturados.**

Governança



A governação deve desbloquear decisões, não criar veto permanente.

Operacionalização: grupos de trabalho técnicos



Seleção de locais

- Pipeline
- Clusters
- priorização de locais



Salvaguardas

- Ambientais
- Sociais



Concursos e concessões

- Critérios
- Processos harmonizados
- Transparência



Tarifas

- Acessibilidade, Sustentabilidade, Risco comercial

Uso produtivo de energia deve ser transversal: a sua identificação inicia na seleção de locais, passa para o desenho técnico, é tida em conta nos instrumentos financeiros e na implementação.

O que muda para o mercado?

Antes

- Programas paralelos
- Informação fragmentada
- Critérios distintos de apoio
- Riscos tratados caso a caso
- UPE introduzido tarde



Com a Plataforma de Coordenação

- Carteira priorizada e visível
- Dados comuns para todos
- Instrumentos harmonizados
- Riscos estruturados e mitigados em conjunto
- UPE integrado desde o início

Previsibilidade, informação e instrumentos de mitigação de risco são a diferença entre pilotos e escala.

Acções 2026–2027

2026 T2–T3

Finalizar consultas

- Validar TdR,
- Composição
- Mandato

2026 T3

Consolidar compromissos

- UE
- BAD
- outros financiadores

2026 - 2027

Activar desembolsos

- KfW
- Enabel/FUNAE
- EU
- instrumentos iniciais

2026 T4

Lançar grupos de trabalho

- Locais
- Tarifas
- Salvaguardas
- Concursos
- MAA

2027+

Nova mobilização

- Escala
- Novos mecanismos
- Carteira ampliada

Prioridade imediata: decisões claras sobre carteira, financiamento, grupos de trabalho e indicadores

Transformar compromissos em calendário de execução, critérios de desembolso e carteira de projectos

RENMOZ deve marcar a transição da intenção à execução.

01

Mini-redes são infra-estrutura produtiva.

02

Coordenação é uma condição de investimento.

03

A Plataforma de Coordenação liderada pelo Governo deve transformar compromissos em locais, concursos, desembolsos e ligações úteis.